

MOVIMENTOS SOCIAIS MARCAM DEBATE SOBRE CRISE E PROCESSOS POLÍTICOS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Reunidos na sede da APROPUC, direções de vários movimentos sociais resolveram marcar uma série de atos-debate para discutir a crise na universidade brasileira e, principalmente, a onda repressiva que se abate sobre ela. Na PUC-SP o debate acontece na terça-feira, 9/4, às 19h, na sala 333 e se repetirá na USP, Unifesp e Unicamp em data a ser divulgada.

Estavam presentes à reunião representantes de entidades, coletivos, e partidos políticos. Entre eles, ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), Comitê de Luta contra o Neoliberalismo, Comitê Pró-Haiti, Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), Conlutas, Intersindical, ECLA (Espaço Cultural LatinoAmericano), CA. Psicologia PUC-SP, Tri-

bunal Popular o Estado no Banco dos Réus, Mulheres em Luta do ABC, Movimento Negro Unificado, CSOL (Coletivo Socialismo e Liberdade), PCO (Partido Comunista Operário).

Os processos políticos e ameaças têm hoje se tornado rotina na universidade brasileira. Sob o manto do "estado direito", as direções de universidade têm judicializado os movimentos sociais como forma de intimidá-los. Essas intimidações culminaram, nas últimas semanas, com o enquadramento político do professor da Unicamp Ricardo Antunes e, aqui na PUC-SP, o processo contra a diretora da APROPUC Bia Abramides.

As entidades também decidiram redigir um manifesto de repúdio ao enquadramento da professora Bia, que publicamos na página 2 desta edição.

PROCESSO POLÍTICO

Até o fechamento desta edição não havíamos recebido informações sobre nova convocação da diretora da APROPUC Bia Abramides para prestar seu primeiro depoimento à Comissão Processante. No dia 28/3 a primeira audiência foi cancelada em virtude do atraso da entrega do vídeo do Conselho

Universitário que serviu de prova contra a professora. Na oportunidade alunos e professores acompanharam aquela que deveria ser a audiência inicial nos corredores do Prédio Novo. Nesta semana divulgamos novos apoios de professores da PUC-SP e outras entidades que se manifestaram sobre o processo político contra a diretora da APROPUC.



ATO DEBATE

UNIVERSIDADE HOJE: CRISE E PROCESSOS POLÍTICOS
09 DE ABRIL • AUDITÓRIO 333 • 19 HORAS

PEDRO ARANTES
UNIFESP

BEATRIZ ABRAMIDES
PUC-SP

RICARDO ANTUNES
UNICAMP

SOUTO MAIOR
USP

APROPUC-SP

**MANIFESTE O SEU REPÚDIO
AO PROCESSO ADMINISTRATIVO
CONTRA A DIRETORA DA APROPUC
PROFESSORA BIA ABRAMIDES,
ACESSE E ASSINE**

www.peticaopublica.com.brPeticaoListaSignatarios.aspx?pi=Abramide

Cresce repúdio ao processo político contra a professora Bia

Ao longo da última semana, mais apoios à Bia Abramides oriundos de professores, intelectuais e trabalhadores do Brasil e do Mundo e de movimentos sociais organizados chegaram à APROPUC - apoios cujos nomes divulgamos abaixo.

Além disso, até o fechamento desta edição do PUCviva computavam-se cerca de 3000 assinaturas na petição eletrônica pela retirada do processo político-administrativo contra a diretora da APROPUC.

Nesta edição, publicamos (ao lado) apoio massivo de associações, partidos políticos, centrais sindicais, comitês de luta e coletivos em geral à professora Bia Abramides. Divulgamos também manifesto dos Pós-graduandos em serviço social (Pag. 3) e do Conselho da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (nesta página).

Manifestaram solidariedade os seguintes nomes:

Encontro Internacional de Trabalhadores Sindicalista de Base (Paris); CASS José Paulo Netto (UFRJ); Sintusp, Fenasps, Sinpro-SP; Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho (UFRGS); Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP; Vilma da Mota Lopes (ECLA); Givanildo Manoel (Tribunal Popular: o Estado brasileiro no banco dos réus); Lúcia Skromov (Comitê pró-Haiti); Fiorella Cademartori (UBA); Eliana Liana (UBA); Maggie Magda (UBA); Fabian Dinamárca (UBA); Eliana Recalde (UBA); Guada (UBA); Maria Siede (Universidad Nacional de Lujan); Ana Lúcia Faria (Chefe do Dept. Ciências Sociais e Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica de MG).

Moção de Repúdio ao Ato Impetrado pela Reitoria em exercício da PUC-SP

Contra todos os princípios democráticos conquistados ao longo de sua história, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo está permitindo e mantendo, através da sua representante na reitoria, uma postura nada menos que autoritária e intransigente na direção da abertura do processo administrativo instaurado contra a profa. Beatriz Abramides. A alegação é de mau comportamento ético-moral, por esta ter participado da manifestação dos alunos contra a instauração do Conselho Universitário, que entendem que houve quebra do diálogo institucional e reivindicam uma legítima participação da comunidade em processos decisórios, uma vez que se trata de uma instituição de ensino e não de instituição penal.

A profa. Beatriz, de fato, enquanto representante da Assembléia dos Professores da PUC-SP e conforme deliberação desta participou da manifestação. Engrossou as fileiras dos descontentes com os rumos que toma esta universidade, desprezando suas tradições e desrespeitando suas práticas democráticas, e manifestou a sua indignação. Nada mais fez do que colocar em prática o direito da livre expressão.

Este quadro mostra que não

se trata, pois, de mera sindicância. A fria utilização de ferramentas legais disponíveis revela nada mais que um processo demissionário. Atrás dos códigos, tal medida, fruto de insidiosa manipulação política, quer garantir a eliminação, por “causa justa”, da docente Beatriz Abramides e do que hoje ela fortemente passa a representar: o símbolo de uma resistência às iniquidades, aos mandos e desmandos que campeiam a PUC-SP, em nome da ordem e da segurança - uma ordem repressiva e uma falsa segurança. E, com isto, pretende-se, em palavras comuns, “cortar o mal pela raiz”. Ledo engano! A docente realmente emprestou a sua voz para clamar o resgate da autonomia /democracia universitária – tão em baixa nesses corredores que já conheceram momentos na História de nosso país -, mas não é a única voz. Tantas outras existem e tantas outras estão se revelando, multiplicando-se a cada dia e encontrando eco em outros espaços, inclusive para além do setor universitário.

Através desta moção, hoje, somos todos Bia Abramides, somos todos uma PUC-SP democrática, sem intervenções autoritárias, nem golpes espúrios, nem mesmo Golias travestidos

em senhores da ordem.

Sob pena de se ver a Educação ser freada e desvirtuada, de ter uma universidade nada significativa, temos que refletir. De que tem medo a PUC-SP? De revelar a sua face oculta? Lembramos aqui que as páginas bíblico-históricas celebram a inevitável vitória de David.

Manifestamos o nosso repúdio e colocamos a nu, aqui e agora, a nossa indignação. Pela retirada imediata do processo administrativo contra a professora Bia Abramides e não abertura de nenhum outro processo político a nenhum professor, estudante ou funcionário.

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), CSOL (Coletivo Socialismo e Liberdade), PCO (Partido Comunista Opoerário), Comitê de Luta contra o Neoliberalismo, Comitê Pró-Haiti, Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), Conlutas, Intersindical, ECLA (Espaço Cultural Latino Americano), CA. Psicologia PUC-SP, Tribunal Popular o Estado no Banco dos Réus, Mulheres em Luta-ABC, Movimento Negro Unificado

Manifestação do Conselho da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Em reunião do dia 26/03/2013, o Conselho da FaCHS, por unanimidade e no âmbito de sua condição institucional, resolveu se posicionar publicamente em face das tensões e conflitos políticos relacionados à recente escolha (em lista tríplice) da reitora da PUC-SP pelo Grão-Chanceler da universidade.

A polarização das posições e a judicialização do processo político aumenta as dificuldades

de produção de alternativas à atual crise da universidade. Além disso, vai contra as melhores práticas e tradições acadêmicas da PUC-SP, que sempre se destacou pela capacidade de conviver com a pluralidade e diversidade de posições e opiniões, bem como de equacionar política e academicamente seus conflitos, decidindo colegiadamente seus problemas.

Na condição de espaço público de produção de ensino, pesquisa e

extensão de qualidade, e de formação de quadros e de profissionais para sociedade brasileira, é fundamental que nossa universidade, por meio de seus atores (professores, estudantes e funcionários), encontre saída negociada para os atuais conflitos. Dessa posição institucional, o Conselho da FaCHS repudia a judicialização dos processos políticos e acadêmicos da PUC-SP, reafirmando o direito à livre manifestação e expressão.

Manifestação dos Pós-graduandos em Serviço Social

Nós, pós-graduandos do Programa de Serviço Social da PUCSP vimos manifestar a nossa indignação diante do processo administrativo aberto contra a Dra Maria Beatriz Abramides, figura pública conhecida nacional e internacionalmente por compor historicamente as lutas democráticas. O Programa de Estudos Pós-graduados é um Programa de Excelência, avaliação atribuída pela CAPES, em função da competência dos professores, funcionários e pesquisadores,

inclusive valorizando-se o pluralismo como base para o avanço do conhecimento. Optamos por realizar os estudos de pós-graduação na PUCSP por sua tradição democrática, mas tendo nos docentes do PEPGSS como referências intelectuais que definitivamente provocaram nossa escolha. Poderíamos elencar uma série de argumentos e problematizações sobre a instauração do processo administrativo. Poderíamos usar o caminho burocrático-legal para listar

contra-razões. Não vamos contudo cair na burocracia, nem na ficção da igualdade jurídica e muito menos na desqualificação de pessoas. Nossa opção é sempre em defesa da democracia e da liberdade. É contra estes valores consolidados ao longo da existência da PUC-SP que vemos esta ameaça contra uma professora desta universidade. Não cairemos em lamentos e nem em desqualificação da instituição. Há um legado de um amplo coletivo que passaram e que estão na PUCSP.

E por este legado que como trabalhadores, profissionais, docentes, gestores, lideranças, pesquisadores, e com tantas outras qualificações que este corpo discente do PEPGSS poderia se apresentar, vimos repudiar qualquer punição à pessoa da Profª Bia em função da mesma fazer ecoar nossa defesa democrática.

Discentes e mestres/doutores titulados pela Programa de Estudos Pós-Graduados da PUCSP

Igreja e burocracia universitária desatam repressão sobre a APROPUC

A diretora da Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC), Maria Beatriz Costa Abramides, foi notificada, por um Ato da Reitora Anna Maria Marques Cintra, de que está intimada a responder a um Processo Administrativo. Bia, como é chamada, está sendo acusada de indisciplina, insubordinação hierárquica e incitação aos alunos à infração.

O Ato da Reitoria se baseia em uma manifestação no dia 27/2/13, momento em que se reuniria o Conselho Universitário. Os manifestantes decidiram protestar contra a realização da sessão e tomaram os assentos dos conselheiros. A decisão espontânea de impedir que os conselheiros se instalassem se deveu à reivindicação do movimento pelo respeito aos resultados das eleições que reelegeram para reitor o Sr. Dirceu de Melo. Não poderia o Conselho, assim, legitimar um ato autoritário e desrespeitoso com a decisão da maioria votante. O conflito na sala de reunião do conselho ocorreu em meio a um movimento pela

não posse da Sra. Anna Cintra, que foi a menos votada entre os três candidatos. Como se vê, não se pode retirar o acontecido no dia 27/2 do contexto que envolvia um choque entre estudantes, professores e funcionários com a decisão arbitrária da Igreja.

O Ato da Reitoria, portanto, não tem nada de administrativo. Trata-se de um Ato Político - assim deveria ser denominado. A Igreja e a reitora preposta pretendem usar bugalhos em lugar de alhos. O Ato que pretende amarrar as mãos da combativa diretora da APROPUC - um caso raro de militante sindical que não se vendeu e segue princípios classistas - e arrastá-la até uma Comissão de Sindicância criada pela Igreja é uma ação política repressiva. É descarado o uso do Regimento Geral para desqualificar o conflito político e transformá-lo em caso administrativo.

O bode expiatório no caso serve para golpear uma das lideranças da resistência democrática, para atingir a APRO-

PUC e para atemorizar aqueles que se mobilizaram contra a violação das eleições para reitoria e que terão de voltar à luta contra novos ataques às conquistas democráticas na PUC. Esse tipo de expediente é utilizado pelos donos da PUC, a Igreja, e acionado pela burocracia universitária para não colocar às claras de que se trata de uma perseguição política. É mais fácil e conveniente se montar uma farsa administrativa contra um de seus assalariados, do que a Igreja colocar sua face na tela dos opressores que usam o poder para calar os movimentos por meio da criminalização.

A diretora e professora Bia é respeitada pelo seu trabalho na universidade e respeitada pela sua retidão de princípios. Basta que se volte no tempo e se reconheça a jovem entre os estudantes presos em Ibiúna, em 1968, quando a UNE realizava seu congresso antitadadura. Essa raiz nunca lhe foi arrancada, não apodreceu com o tempo da vida social, como ocorreu, mais recentemente,

com figuras proeminentes da política burguesa e que nos tempos idos da resistência ao golpe militar lideravam a luta.

Aqueles que mantêm os valores revolucionários, não capitulam e continuam no dia a dia da luta contra a opressão se deparam inevitavelmente com os opressores.

Temos a certeza de que não vai ser fácil a Igreja incriminar a professora Bia, sem que tenha de se bater contra um movimento de defesa das liberdades políticas. Crescem os pronunciamentos de professores, de associações, sindicatos, correntes políticas e movimentos. O Partido Operário Revolucionário (POR) se une à luta contra a criminalização de Maria Beatriz Costa Abramides. Pela imediata revogação do Ato da Reitoria! Pelo fim das perseguições político-ideológicas! Pela liberdade de expressão e manifestação!

O artigo acima foi publicado originalmente no jornal Massas - em 22/3/2013

A CRISE DA PUC-SP

"A história da PUC-SP foi construída com liberdade e autonomia"

Professor titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Raul Albino Pacheco Filho está na PUC-SP desde 1971, quando ingressou como aluno. Como professor já tem mais de 35 anos de universidade, lecionando hoje no pós, além de coordenar o Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Sociedade. Raul é nosso primeiro entrevistado, nesta série que pretende discutir a crise atual da universidade.



SOBRE A HISTÓRIA DA PUC-SP

Faz parte da história da PUC-SP um papel de liderança, em São Paulo e no Brasil, antecipando e mostrando caminhos do progresso civilizatório. Existem alguns exemplos: primeiro, a PUC-SP fez oposição ativa e corajosa contra o autoritarismo e o obscurantismo, depois, ela buscou alternativas para implementar e fazer evoluir a democracia e a autonomia, tanto na universidade quanto na sociedade brasileira.

A PUC-SP abrigou a reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), quando foi proibida na USP, na ditadura militar; acolheu professores que estavam sendo perseguidos nas instituições públicas, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Paulo Freire; recebeu a primeira encenação da peça Morte e Vida Severina, também durante a ditadura; além de ser a primeira universidade a realizar eleições diretas em 1980.

Nesse sentido, ela vem sempre à frente e apontando caminhos para sociedade brasileira com um norte ético e político que inclui a liberdade, a busca de superação das desigualda-

des econômicas e sociais e a ampliação do poder político da população como um todo. Essa contribuição se dá de um lado pela construção de uma reflexão teórica e prática, amparada em pesquisas consistentes e, por outro, com um exemplo de convivência comunitária onde esses princípios sempre estiveram no centro das relações. É importante lembrar que mesmo quando os dispositivos legais do estatuto não favoreciam isso, sempre foi a legitimidade dos princípios de democracia, liberdade e autonomia que nos guiaram, criando a tradição de empossar o reitor escolhido pela comunidade.

Assim, por mais de 30 anos os atores desse processo, aí incluída a Fundação São Paulo, caminharam juntos no entendimento de que a escolha da comunidade deve prevalecer. Não é que não existiam posições diferentes na PUC-SP, pelo contrário, o pluralismo e a diversidade sempre estiveram presentes. Mas na PUC-SP prevaleceu até hoje a ideia de que o pluralismo e a diversidade poderiam coexistir na mesma instituição, e que os inimigos comuns são o autoritarismo, o obscurantismo e esse aspecto preocupante da sociedade contemporânea, que é o individualismo exacer-

bado e o desengajamento pelos projetos coletivos. O melhor exemplo do que a PUC-SP representa era, quando entrei na PUC-SP, o Ciclo Básico, com quatro áreas do conhecimento completamente diferentes ensinadas de modo plural.

Daí surgiu minha preocupação quando, em abril de 2012, em entrevista para este jornal, a então candidata Anna Cintra fez a afirmação que a PUC-SP, no passado, não era uma universidade católica no sentido que hoje está tendo; antes era uma ideia de 'faça o que quer', sem relação direta com a Igreja, mas hoje não temos que nos colocar contra os princípios no estatuto da universidade; e se existe gente que não concorda com isso teria que se retirar. E com relação à discussão sobre temas da sociedade e de liberdade de cátedra, a então candidata disse que temos que entender que a PUC-SP é da Igreja e que existe um documento do Vaticano para ser respeitado. E sentenciei sombriamente que discutir pode, porém acreditava que no futuro talvez possa existir uma posição mais dogmática. Ora, não foi essa a posição nem da comunidade nem da Fundasp na pessoa dos grão chanceleres nos últimos 30 anos. Nem so-

bre a democracia nem sobre a autonomia em relação à produção de conhecimento. Só fiquei mais tranquilo quando, logo depois, a candidata, junto com os outros candidatos, afirmou em debate público seu compromisso com a democracia, assinando um documento onde se comprometia a só aceitar a nomeação de dom Odilo Scherer caso fosse a escolhida pela comunidade. Daí em diante todos sabem dos desdobramentos da quebra desse compromisso, quando o grão chanceler indicou seu nome.

Mas o fato é que a comunidade foi pega de surpresa na quebra de seus princípios e de uma tradição que agora coloca a PUC-SP na contramão da liderança política que ela exercia. Agora que há voto direto, escolha de representação, democracia na sociedade brasileira, a comunidade puquiiana viu ser impingida a ela a última colocada na eleição: exatamente aquela que não representava sua escolha.

SOBRE A QUEBRA DE COMPROMISSO

Então acho que há dois pontos importantes sobre isso. Primeiro, a comunidade rejeitou a quebra do compromisso público de Anna Cintra; segundo, a comunidade hoje quer saber: então não é mais possível viver a cultura anterior de princípios de pluralismo de ideias e convicções. Por que isso não é mais possível? O que é que mudou? Se não for mais possível essa convivência é fundamental discutir e elucidar o seu sentido. O fato da Fundasp ser mantenedora da PUC-SP não implica,

continua na próxima página

continuação da página anterior

diferentemente do que alguns têm afirmado, que ela possa dar à universidade a direção que ela quiser. A PUC-SP e a Fundasp são instituições da sociedade brasileira: que tem uma constituição elaborada a partir de princípios democráticos, que tem uma legislação sobre o ensino superior e assim por diante. Além disso, a PUC recebe subsídios da sociedade e do Estado brasileiro, sob a forma de bolsas para alunos e de benefícios fiscais, que são essenciais para sua manutenção econômica. Ela não poderia sobreviver sem essa poderosa injeção de dinheiro do povo brasileiro.

Portanto, pode-se dizer que a Fundasp não é a única mantenedora da PUC. A sociedade e o Estado brasileiro também o são. Ser mantenedora de uma universidade não implica em autonomia para desconsiderar os princípios mais amplos que norteiam a sociedade democrática brasileira. Espero que os dirigentes da Fundasp entendam

o fato de que a forma respeitosa com que a mantenedora tratou a democracia, a liberdade e autonomia da universidade no passado constituem um trunfo importante na história da Fundasp e da própria igreja católica. Isto está cravado na história. Da mesma forma que está cravada na história a atuação de Dom Paulo Evaristo Arns, quando fez um culto ecumênico na catedral da Sé, onde cabiam todas as doutrinas, para Wladimir Herzog, em 1975, morto pela ditadura militar. É isso que está na história. E o que está escrito na história não desaparece. A Fundasp não deve acrescentar um suplemento sombrio a isso.

SOLUÇÕES PARA A CRISE

Estamos em um momento de acirramento do conflito. Há a disputa jurídico-legal, ainda não definida. Mas o mais importante é o aspecto de legitimidade do conflito. É a legitimidade da nomeação da última colocada na eleição que está sendo questionada

pela comunidade. Então eu acho que é o momento de a comunidade construir modos de esclarecer seu ponto de vista e sua reivindicação e de lutar para que possa vir a ser dirigida pela liderança que a representa e que ela escolheu. As formas para alcançar tal intento eu acho que estão em debate. Em 2012 a forma foi a greve. Neste momento não ocorre greve, mas têm sido realizados debates e diversas manifestações, como a do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais, propondo novas eleições. Outros acham que se deve lutar pelo reconhecimento do candidato que ganhou as eleições. Acho que não existe hoje um único instrumento, pois tudo depende do momento e da força política da comunidade. Este me parece o momento de tentarmos aumentar a mobilização da comunidade, para que ela ganhe força política na sua reivindicação por democracia e autonomia na universidade.

No meu programa de pós-graduação em Psicologia Social, o colegiado tirou posição e elaborou um documento

reafirmando a importância da continuidade do movimento. Pessoalmente, acho que a realização de novas eleições pode ser uma boa solução. Mas queria escutar melhor as demais posições, em assembleias de professores, nos outros colegiados e demais instâncias da universidade, para ver todas as implicações. Em princípio me parece uma alternativa interessante, casar as duas eleições.

O PROCESSO CONTRA A PROFESSORA BIA

Foi aberto um processo administrativo contra a professora Beatriz Abramides, diretora da APROPUC, e diversas instâncias o tem repudiado: entre elas o Conselho da minha faculdade, a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pessoalmente, eu queria dizer que a Bia tem um passado importante em favor da democracia e das lutas sociais, dentro e fora da universidade. Qualquer tentativa de punição é injusta e deve ser completamente rechaçada pela comunidade.

Professores e estudantes de Serviço Social reúnem-se com a professora Anna Cintra

Um grupo de professores e estudantes do curso de Serviço Social reuniu-se no dia 18/3 com a reitora nomeada, professora Anna Cintra, para discutir a situação da professora Bia Abramides, que leciona naquele curso. Abaixo publicamos um relato assinado pela professora Rosalina Santa Cruz e a aluna Natália Parizotto sobre o encontro.

A reunião se desenvolveu com a presença de seis membros da reitoria: Anna Cintra, Alexandra Geraldini, Maria Amália Andery, Margarida Limena, Lafayette Pozzoli e o funcionário Fábio Mariano.

Ao iniciar a reunião lemos o documento assinado por um grupo de alunos e professores

do curso de Serviço Social e informamos que não representávamos, portanto, o movimento como um todo.

Colocamos que o grupo que representávamos não considerava legítima a nomeação da professora Anna Cintra por romper com uma tradição democrática da nossa universidade de nunca ter usado a lista tríplice para empessar um reitor que não fosse o primeiro colocado nas eleições gerais da universidade.

Estávamos ali para exigir a "retirada imediata do processo político-administrativo contra a professora Beatriz Abramides, professora doutora do nosso curso, de grande expressão nacional e internacional, como professora e como sindicalista". Além de "reivindicar o compro-

misso, por parte da reitoria, de não haver mais nenhum ato repressivo contra alunos, professores e funcionários por terem participado desse movimento".

A professora Anna Cintra e os membros da reitoria ali presentes nos comunicaram que: o processo contra a professora Bia não é o primeiro processo administrativo movido contra professores da universidade, e que o processo era somente administrativo e não político. "Quem está dando a conotação política é a própria professora. É ela quem está transformando o ato administrativo em ato político divulgando-o pelo mundo", disseram.

Acrescentaram que querem o diálogo e que já fizeram várias iniciativas junto à

APROPUC neste sentido. E, concluindo, os representantes da reitoria presentes afirmaram, ainda, que:

1. O caráter da comissão é investigativo, não tendo poder decisório, o qual pertenceria à própria professora Anna Cintra;

2. A reitoria reconhece os méritos acadêmicos e sindicais da professora Beatriz Abramides e que a intenção não é demitir a professora;

3. Nos reconheceram como oposição.

Terminada a reunião, entregamos o documento, ressaltamos que entendemos o ato da reitoria como político e reafirmamos a intenção de continuarmos lutando por uma PUC-SP autônoma e democrática.

GAUCHE NA VIDA

Resistência e repressão ao movimento estudantil

Adilson José Gonçalves

Os estudantes secundaristas e principalmente os universitários foram alvos constantes da repressão, haja vista estarem inseridos em diversos movimentos sociais e na produção cultural. A imagem do incêndio à sede da UNE no Rio de Janeiro é lapidar das estratégias de intimidação e repressão. A cidade aparece como cenário da destruição. É altamente significativo que o incêndio tenha ocorrido no próprio dia em que os militares ocupam o poder.

Todas as ações, reuniões, manifestações e a própria existência da UNE foram postas em cheque, passando esta para a ilegalidade. A partir daí, todas as ações, manifestações e reuniões estavam controladas, proibidas e cerceadas. A presença de infiltrados, de soldados fardados em suas manifestações era constante e marcante. O aprisionamento massivo, a ostensiva repressão e a forma de controle do movimento apontaram para a emergência do recrudescimento do sistema. Em outubro renunciava-se a promulgação do AI-5 em dezembro.

No movimento de resistência e tomada de posição face ao arbítrio dentre as universidades particulares destaca-se a PUC-SP. O discurso e a práxis, que estavam em sintonia, dialogavam com o perfil de segmentos expressivos do clero, principalmente

representado na figura do Grão-Chanceler, o Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Assim, a universidade assumiu o desafio.

A PUC-SP apresentou-se como um palco privilegiado para a expressão, estudo e ciência dos diversos níveis de contradições que pontuavam a sociedade brasileira nos anos setenta. Representou um laboratório de discussões,

principalmente desmontada pelo vandalismo da ação policial, que se colocavam como os "agentes da ordem".

Voltaram os estudantes à academia com mais garra, com mais vontade de reorganizá-la. Contavam, com o apoio e solidariedade dos segmentos sociais com as quais dialogavam e, juntos, enfrentavam a Ditadura. Com o apoio da ala progressista da Igreja e com ação corajosa da

quanto nas privadas, haja vista a derrocada do sistema eleitoral, com a imposição do administrativo ao acadêmico, a polarização das posturas autoritárias face às demandas e perspectivas dos movimentos organizados fora e dentro da universidade, principalmente o distanciamento do universo do trabalho e das lutas sociais, o alijamento da pesquisa, da docência e da extensão desse nível de inquietações e demandas sociais de modo sistemático no âmbito da universidade brasileira. Exemplos marcantes são os processos vivenciados pelas intervenções pontuais e as de longo prazo na USP, na Unicamp, na PUC-SP, tanto pelo Estado quanto pela Igreja, na sua versão mais retrógrada e politicamente engajada ao neoliberalismo e ao controle e alijamento dos movimentos sociais de caráter inovador e libertador.



A PUC-SP apresentou-se como um palco privilegiado para a expressão, estudo e ciência dos diversos níveis de contradições que pontuavam a sociedade brasileira nos anos setenta.



debates, encontros, formulações de propostas, projetos e locus de exercício e vivência universitários. A PUC-SP era um local privilegiado para tal manifestação histórica.

A investida policial foi o coroamento de um percurso repressivo à universidade e ao movimento estudantil que se rearticulava e se associava aos interesses dos setores oprimidos da sociedade, as chamadas "classes perigosas". A vigilância policial havia sido burlada e se comemorava com ato público em frente ao TUCA. Os estudantes chegaram à universidade antes do cerco policial mais ostensivo e ao saírem do campus estava par-

Reitoria e o engajamento de professores e funcionários, foram retomadas as atividades regulares, marcadas por debates, análises e elaborações sobre o fato, a conjuntura, os destinos da Universidade e os rumos da política brasileira. Nunca se dissociava o acadêmico/científico do social/político.

Situação diametralmente oposta ao que ocorre hoje nas instituições universitárias, mormente na PUC-SP, com o cerceamento da livre expressão e a criminalização das ações contrárias aos desígnios dos poderes constituídos na arbitrariedade, tanto nas universidades públicas,

Prof. Adilson José Gonçalves é pesquisador da PUC-SP e membro do Comitê Pró-Haiti. A íntegra deste artigo está disponível em www.apropucsp.org.br

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Moção de apoio à luta do povo Guarani Kaiowá

Está sendo divulgada nas redes sociais e mídias alternativas uma moção de apoio de dezenas de movimentos sociais, sindicatos e grupos de cultura de todo Brasil aos indígenas Guarani Kaiowá. A APROPUC apoia a luta de mais este povo indígena ameaçado e é signatária da moção, escrita pela liderança Valdelice Verón, que reproduzimos abaixo.

Não é de hoje que os povos indígenas estão em luta. No Mato Grosso do Sul, o povo Guarani Kaiowá arrisca a própria vida para garantir o futuro dos seus descendentes e a proteção da natureza, através da luta pela reconquista de suas terras tradicionais. A luta pela manutenção do seu modo de vida, de sua cultura e a reprodução da sua relação com terra, faz com que os indígenas encontrem-se em confronto direto com o capital, enfrentando o agromercado em expansão - incentivado e financiado pelo governo federal como forma de impulsionar a economia

em tempos de crise global - o que significa, em última instância, a luta contra o atual modelo de desenvolvimento no campo.

Os recursos naturais existentes nas terras são fundamentais para a existência do povo indígena e, não bastando os crimes contra esta terra - o desmatamento, envenenamento do solo e das águas -, há um processo de violência direta por parte dos fazendeiros e de seus pistoleiros aos povos tradicionais, através de ameaças e assassinatos. Foram 273 lideranças mortas em nove anos e os criminosos estão impunes, passeando livremente em seus carros de luxo. Há um exemplo recente: No dia 16/2/2013 um jovem da aldeia Tey 'ikue foi assassinado, e o fazendeiro Orlando Carneiro Gonçalves assumiu a autoria do crime. Após prestar depoimento na delegacia, foi solto. A Polícia Militar do Mato Grosso do Sul cumpre sua função ao

realizar o despejo forçado de cerca de mil indígenas Guarani Kaiowás que ocuparam a fazenda em protesto contra este homicídio e todas as injustiças que vêm sofrendo há muito tempo naquele Estado.

O extermínio e expulsão dos povos tradicionais de suas terras de origem são acompanhados pela negligência e até mesmo cumplicidade dos órgãos estatais e a displicência das instituições que tem o compromisso com a causa indígena, que deveriam garantir a efetivação da Constituição de 1988 (que reconhece o direito a seus territórios tradicionais), mas que garantem apenas a continuidade do estado das coisas, pois, talvez, é o que assegure a existência destas instituições.

O povo Kaiowá Guarani sempre resistiu calado, só que agora nós não conseguimos mais ficar calados, porque estamos sendo mortos, assassinados.

Campanha "Brasil com Chávez está com Maduro" é lançada em SP

Aconteceu na sexta-feira, 5/4, no Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, o ato de lançamento da campanha "Brasil com Chávez está com Maduro", em referência ao processo eleitoral que se reabriu na Venezuela após a morte de Hugo Chávez, no dia 5/3. As novas eleições estão marcadas para acontecer no dia 14/4.

Demais atos como este aconteceram por toda América Latina, "em memória do Comandante Hugo Chávez, da revolução Bolivariana e da campanha de Nicolas Maduro", conforme a convocatória que circulou nas redes sociais.

O ato em São Paulo foi organizado pelo comitê da campanha, composto por partidos políticos de esquerda, movimentos sociais do campo e da cidade, coletivos feministas e grupos estudantis. Segundo os organizadores, o ato acontece numa conjuntura decisiva para os rumos de integração da América do Sul e das políticas impulsionadas por Hugo Chávez na Venezuela, desde que assumira em 1999.

Ainda de acordo com o comitê organizador, Nicolas Maduro representa a continuidade do "Plano Socialista da Nação 2013-2019", apresentado por Chávez como principal plataforma de campanha nas eleições do ano passado.

MTST ocupa sede da Caixa em SP

Na quarta-feira, 3/4, centenas de famílias ligadas ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) ocuparam a Sede da Caixa Econômica Federal em São Paulo, localizada na avenida Paulista. Segundo os organizadores, a manifestação ocorreu porque a Caixa está dificultando a liberação

do pagamento de obras já contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que atenderão famílias sem teto na grande São Paulo.

O mesmo grupo ocupou a sede da CDHU na capital há dez dias para garantir a assinatura dos contratos pelo Estado, e até o fechamento dessa edição nenhuma solução

havia sido dada pelo poder público ao impasse.

A lentidão na entrega das moradias acordadas entre o MTST e o poder público, seja ele de alçada municipal, estadual ou federal, tem se tornado um lugar-comum nos últimos meses. Fato que coloca em risco a dignidade dos sem teto organizados pela MTST.

ROLA NA RAMPA

Afapuc se reúne com Fundasp para discutir acordo interno

Na terça-feira, 2/4, a diretoria da Associação dos Funcionários Administrativos se reuniu com a Fundação São Paulo para nova discussão sobre o acordo interno dos funcionários. A Fundasp propôs aumento de R\$100 no valor do vale, totalizando R\$1000, aumento do Auxílio-Funeral de R\$3685 para R\$3945, e reajuste do Auxílio-Escola conforme cláusula 14ª do acordo interno. A Afapuc propôs adiantamento do índice de reajuste já no salário de março, já que o mesmo ainda não havia sido fechado entre o SAAESP (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo) e o SEMESP (Sindicato Patronal), além de alteração da nomenclatura

do acordo interno de trabalho para acordo coletivo de trabalho. Foi proposto também a mudança da 14ª cláusula, alterando o princípio da mesma, de auxílio-escola para auxílio-educação, podendo o beneficiário usufruir tanto para pagamento da escola como para o transporte escolar. Outra reivindicação da entidade, decidida em assembleia é a possibilidade de um convênio odontológico para os funcionários. O secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo ficou de trazer um estudo para a próxima reunião de negociação. A Afapuc e a Fundasp voltam a se reunir na segunda-feira, 8/4, para discussão das novas propostas.

Reitoria convoca reunião com centros acadêmicos

Após o feriado de Páscoa, na segunda-feira, 1/4, a reitoria convocou os centros acadêmicos da universidade às pressas para uma reunião na tarde do mesmo dia em resposta ao pedido protocolado ao final da quarta-feira, 27/3, pedindo uma audiência pública com os interventores. Ao contrário do pedido feito pelos estudantes, a reitoria tentou discutir os assuntos propostos (governabilidade da reitoria imposta e processos internos) em reunião fechada, com poucos estudantes que, segundo os interventores, representavam todos os alunos das respectivas faculdades. Por entenderem que tal raciocínio quebrava uma grande característica do movimento (a horizontalidade), os estudantes se recusaram a discutir qualquer das pautas em reunião fechada e propuseram uma nova reunião com a reitoria apenas para discutir

o formato da audiência pública. José Martinez, imposto na vice-reitoria, explicou que seria impossível um espaço como este caso os estudantes ficassem gritando palavras de ordem como "Golpistas não passarão" e "Fora Anna Cintra", e pediu para os presentes na reunião que "controlassem" os outros estudantes. Outra discussão foi a ordem das pautas da audiência pública. Os discentes declararam que deveria ser exatamente o proposto no pedido feito antes do feriado, mas a interventora Anna Cintra declarou que "processos internos não eram uma pauta", pois, naquele momento, havia apenas um. A professora da Letras ainda declarou que mais processos internos estavam por vir, completando, em seguida, que "casos de racismo também são processos internos, portanto a pauta deveria ser delimitada de outra maneira".

Cipa promove Semana de Prevenção de Acidentes

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) do campus Perdizes organiza até o dia 26/4 a edição 2013 da Semana Interna de Prevenção de Acidentes, a Sipat. A programação completa da Sipat

pode ser vista em <http://www.pucsp.br/sites/default/files/u4/sipat.pdf>, com atividades sobre cuidados da voz, riscos do tabagismo, alimentação saudável e prevenção de diabetes e pressão arterial elevada.

Afapuc divulga nomes da comissão eleitoral

A Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP divulgou o nome das duas pessoas que comporão a comissão responsável pelas eleições da entidade, que serão realizadas em maio. Margarida

Maria Moreira da Silva Couto e Rivaldo Carlos de Oliveira serão responsáveis pelo processo eleitoral, que deverá eleger a nova diretoria da Afapuc e os conselheiros dos diversos espaços universitários.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

10/04

14h - sala a confirmar

INFORMES - ACORDO INTERNO - DISSÍDIO COLETIVO